

Doutora Maria João do Rosário Estorninho Pereira da Silva, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, membro do Conselho Científico desta Faculdade, e Presidente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, nomeada Presidente do júri das Provas de Doutoramento no ramo de Direito, especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, da mesma Faculdade, requeridas por **Filipo Bruno Silva Amorim**, faz saber que:

1 – O júri das referidas provas é constituído pelos seguintes vogais:

- Doutor Mário António Sousa Aroso de Almeida, Professor Catedrático
Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;
- Doutor Filipe Brito Bastos, Professor Associado
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, arguente;
- Doutor Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo, Professor Associado
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Orientador;
- Doutor Francisco Paes Silva Marques, Professor Auxiliar
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, arguente;
- Doutora Mafalda Luísa Ramos Carmona, Professora Auxiliar
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Doutora Sofia Henriques, Professora Auxiliar
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 – A tese apresentada tem por título “O valor vinculante da jurisprudência consolidada para a Administração Pública à luz dos princípios constitucionais e legais estruturantes da juridicidade administrativa”.

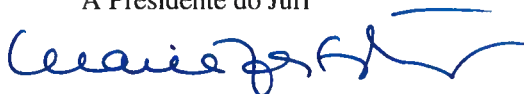
3 – O ato público de defesa da tese realiza-se no dia **18 de junho de 2026**, pelas **15h00**, na sala de atos da Reitoria da Universidade de Lisboa, sendo admissível a participação nas provas por videoconferência dos membros do júri que assim o desejarem, sem qualquer restrição dos seus direitos.

4 – A duração total não deve exceder as 2 horas e 30 minutos, dispondo o candidato de tempo igual ao das intervenções dos membros do júri para a sua defesa.

5 – Concluídas as provas, o júri reúne para proceder à apreciação e respetiva qualificação, por votação nominal fundamentada, cujo resultado constará da ata.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 4 de fevereiro de 2026.

A Presidente do Júri



(Prof.ª Doutora Maria João Estorninho)